

O pequeno patrimônio esportivo: entre bem público e memória coletiva

Le petit patrimoine sportif : entre bien public et mémoire collective

Laurent Sébastien Fournier *

Resumo: Este artigo analisa o pequeno patrimônio esportivo. Ele não se limita a uma visão clássica do patrimônio esportivo, centrada na arquitetura ou nos objetos de arte associados ao esporte. Ele também visa a incluir objetos do cotidiano, objetos seriais que possuem um valor simbólico e social em vez de comercial. Para compreender plenamente as questões associadas a essa categoria específica de "pequeno patrimônio", o artigo primeiro relembra algumas características gerais do conceito de patrimônio. Em seguida, exemplos ilustram o interesse do pequeno patrimônio pelos personagens do mundo dos esportes. O pequeno patrimônio esportivo, constituído por objetos esportivos do cotidiano e muitas vezes negligenciado por instituições patrimoniais e museus, constitui na realidade uma grande riqueza social que deve ser valorizada em relação aos próprios esportistas. Sendo o patrimônio aqui considerado mais um recurso social do que uma coleção de objetos de prestígio, a etnografia permite identificar empiricamente as situações em que os esportistas valorizam o pequeno patrimônio ligado às suas práticas. Esse é o caso, por exemplo, quando grupos de esportistas organizam exposições ou reúnem acervos museográficos e arquivísticos. Uma importante questão teórica na associação das noções de patrimônio e esporte é entender melhor as formas como as fronteiras entre público e privado são articuladas e deslocadas. O patrimônio esportivo possibilita compreender as transformações históricas dos métodos de organização e apropriação das práticas esportivas. Ao estabelecer uma forte ligação entre esporte, bens públicos e memórias coletivas, o conceito de patrimônio esportivo abre finalmente uma reflexão sobre a construção de identidades através do esporte.

Palavras-chave: Pequeno patrimônio. Esporte. Etnografia. Exposições. Museus.

Résumé : Cet article s'intéresse au petit patrimoine sportif. Il ne se limite pas à une vision classique du patrimoine sportif, centrée sur l'architecture ou sur les objets d'art associés au sport. Il vise à englober aussi des objets du quotidien, des objets sériels qui possèdent une valeur symbolique et sociale plutôt que marchande. Pour bien comprendre les enjeux associés à cette catégorie spécifique du « petit patrimoine », l'article rappelle d'abord quelques caractéristiques générales de la notion de patrimoine. Ensuite, des exemples permettent d'illustrer l'intérêt du petit patrimoine pour les acteurs du monde sportif. Le petit patrimoine sportif, constitué d'objets du quotidien sportif et trop souvent négligé par les institutions patrimoniales et les musées, constitue en réalité une grande richesse sociale qui demande à être valorisée en relation avec les sportifs eux-mêmes. Le patrimoine étant considéré ici comme une ressource sociale plutôt que comme une collection d'objets prestigieux, l'ethnographie permet de recenser empiriquement des situations où les acteurs sportifs valorisent le petit patrimoine lié à leurs pratiques. C'est le cas par exemple quand des groupes de sportifs organisent des expositions ou des collectes muséographiques et archivistiques. Un enjeu théorique important de l'association des notions de patrimoine et de sport est de mieux comprendre les manières dont s'articulent et se déplacent les frontières entre public et privé. Le patrimoine sportif permet en effet de comprendre les transformations historiques des modalités d'organisation et d'appropriation des pratiques sportives. En posant un lien fort entre sports, biens publics et mémoires collectives, la notion de patrimoine sportif ouvre finalement une réflexion sur la construction des identités par le sport.

Mots-clefs: Petit patrimoine. Sport. Ethnographie. Expositions. Musées.

* Professor de Antropologia. IDEMEC UMR 7307 CNRS e Universidade Aix-Marseille.

Abstract: This article analyzes the small sporting heritage. It is not limited to a classic view of sporting heritage, centered on architecture or art objects associated with sport. It aims to include everyday objects, serial objects that have a symbolic and social rather than commercial value. In order to fully understand the issues associated with this specific category of "small heritage", the article recalls some general characteristics of the concept of heritage. Examples illustrate the interest on small heritage by characters of the world of sports. The small sporting heritage, constituted by everyday sporting objects and often neglected by heritage institutions and museums, constitutes a great social wealth that must be valued for its relation to the athletes themselves. Since we here consider heritage a social resource instead of a collection of prestigious objects, ethnography allows us to empirically identify situations in which sportspeople value the small heritage linked to their practices. This is the case, for example, when groups of sportspeople organize exhibitions or collections in museums and archives. An important theoretical issue related to the association of the notions of heritage and sport is to better understand the ways in which the boundaries between public and private are articulated and shifted. Sporting heritage makes it possible to understand the historical changes in methods of organization and appropriation of sports practices. By establishing a strong link between sport, public goods and collective memories, the concept of sporting heritage opens up a reflection on the construction of identities through sport.

Keywords: Small heritage. Sport. Ethnography. Exhibitions. Museums.

Introdução

O presente artigo aborda o tema do pequeno patrimônio esportivo. Quando se trata de patrimônio esportivo, pensamos, em primeiro lugar, na arquitetura notável de certos estádios ou em artefatos valiosos que são preservados em museus oficiais, como estátuas ou quadros de grandes pintores que se inspiraram em gestos e práticas esportivas. Assim, o patrimônio é concebido de maneira clássica através das categorias "monumento" e "obra-prima". Os conceitos dominantes relativos a patrimônio são, então, transferidos para o mundo dos esportes.

No entanto, ao longo de décadas, a etnologia tem demonstrado que patrimônio também é feito de objetos do cotidiano, objetos que têm um valor simbólico e social em vez de comercial. No mundo dos esportes, há um "pequeno patrimônio" que merece atenção, ainda que raramente seja reconhecido por instituições patrimoniais. Esse pequeno patrimônio local e infrainstitucional levanta muitas questões, às quais este artigo busca responder. Ele leva a questionar, em particular, o sentido que os esportistas dão aos objetos que usam em suas práticas. Porém isso requer prestar atenção ao próprio funcionamento do conceito de patrimônio, bem como ao seu conteúdo e aos seus modos de valorização.

Para entender as questões associadas à categoria específica do "pequeno patrimônio esportivo" aqui discutida, é necessário primeiro recordar certas características gerais do conceito de patrimônio. Em seguida, alguns exemplos irão

ilustrar o interesse pelo pequeno patrimônio por parte dos atores do mundo esportivo. Veremos que o pequeno patrimônio esportivo, constituído de objetos do cotidiano esportivo e muitas vezes negligenciado por instituições patrimoniais, é, de fato, uma grande riqueza social que precisa ser valorizada em relação aos próprios esportistas para que se compreenda melhor os significados relacionados a ele.

1 O patrimônio: entre propriedade privada e bem público

Iniciamos questionando o conceito de patrimônio, sua história e as mudanças dos significados associados a ele. O conceito de patrimônio tem a particularidade de estar constantemente dividido entre as esferas pública e privada. Se historicamente ele designou, por muito tempo, um conjunto de bens transferidos dentro da linhagem familiar e relativos à herança e ao direito sucessório privado, posteriormente passou a estar relacionado com coletivos cada vez mais diversificados que passaram a reconhecê-lo como um conjunto de bens comuns que necessitam ser protegidos e preservados¹. Sob essas condições, o detentor do patrimônio não é mais uma pessoa física e privada, mas uma entidade moral e coletiva, cuja legitimidade é garantida pela continuidade das instituições. Nos tempos modernos, o conceito de patrimônio tornou-se um bem público, mas também uma questão de memória coletiva da qual se servem grupos sociais mais ou menos inclinados a valorizar a ideia que têm da sua identidade ou história.

Desde a Revolução Francesa, vários Estados-nação sentiram a necessidade de ter um patrimônio, ou seja, um conjunto de bens comuns que supostamente sustentariam sua legitimidade, cuja lista se estendeu gradualmente de acordo com os inventários feitos por sucessivos formuladores de políticas públicas sobre cultura em relação a objetos cada vez mais diversos. Inicialmente circunscrito ao campo canônico dos museus de belas artes e monumentos históricos, esse patrimônio se expandiu durante o século XX até chegar a obras contemporâneas, chegando posteriormente aos campos da natureza ou da etnologia e todos os tipos de práticas sociais e culturais. Retransmitido por associações como as instituições internacionais, o patrimônio se aplica hoje a realidades de todos os tipos, desde que seja considerado digno de interesse por um determinado grupo social².

¹ Para uma história geral do conceito de patrimônio na França, ver, por exemplo, Chastel (1986).

² Bromberger (1996) distingue uma definição de estilo *etic*, que considera como patrimônio "os modos específicos de existência material e de organização social de grupos humanos, seus saberes, suas representações do mundo e os elementos que sustentam a identidade de cada grupo, diferenciando-os dos

Apesar deste incrível movimento de reivindicação patrimonial, que se expandiu ainda mais nos últimos vinte anos com a Convenção da UNESCO para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, as atividades físicas e esportivas e os coletivos que as apoiam permanecem em silêncio. Como explicar esse silêncio, aparentemente paradoxal em um meio fortemente inclinado a valorizar os desempenhos e as identidades coletivas? Em que condições e por que questões podemos considerar o esporte e as práticas esportivas como uma nova categoria de patrimônio potencial? E de forma mais clássica, o que é o patrimônio esportivo e em quais objetos emblemáticos ele se baseia? Para responder a essas perguntas, é preciso estar interessado nas formas particulares em que os atores do movimento esportivo se apropriam e fazem uso das categorias patrimoniais. Contudo, para isso, devemos primeiro entender quais são as lógicas atuais da patrimonialização.

2 Questões e usos sociais do patrimônio

Historicamente, o conceito de patrimônio vem sendo cada vez mais visto como um recurso social. Um breve panorama histórico logo revela que o conceito de patrimônio se disseminou de duas maneiras diferentes: primeiramente, do privado para o público; em seguida, da alta cultura à cultura popular.

Os especialistas em história do patrimônio concordam que ele se manteve limitado ao seu sentido privado até o século XVIII (Pomian, 1996; Poulot, 1997). O termo, então, passou a ter registro notarial, estando relacionado principalmente com as classes sociais mais abastadas, que precisavam se preocupar com a transferência de seus ativos. Na França, como uma reação ao vandalismo revolucionário e ao risco de perda que apresentava para a coletividade nacional, o Abade Grégoire solicitou à Convenção Nacional que protegesse certos monumentos e obras de arte³. Além disso, o abandono por parte da nobreza exilada de sua propriedade e a requisição das posses do clero demandavam que fossem instituídos serviços administrativos para gerir essas novas categorias de bens públicos. Foi, portanto, a partir de uma tomada de consciência causada por uma ruptura política que surgiu no século XIX a categoria recém-criada de patrimônio nacional.

outros" e uma definição de estilo *emic*, que admite como patrimônio "os objetos que o grupo social reconhece como parte de seu patrimônio".

³ Sua ação resultou, em particular, na criação do Louvre, na proteção do patrimônio nacional e na criação de arquivos nacionais, projetos garantidos respectivamente pelos decretos de 12 de setembro de 1792, 24 de outubro de 1793 e 25 de junho de 1794.

No século XIX, as instituições públicas encarregadas do desenvolvimento de museus, do inventário e da proteção de monumentos históricos privilegiaram, com base no que a Revolução havia fundado, uma definição tipicamente elitista e distinta do patrimônio, voltada especialmente para os monumentos históricos e belas artes. No entanto, em seguida, foram adicionados à classificação bens cada vez mais recentes e cujo valor econômico cresce cada vez mais. A antropologia e o surrealismo contribuíram à sua maneira para essa evolução no início do século XX, tendo o sociólogo Marcel Mauss afirmado em suas aulas que "uma lata de conservas caracteriza melhor a nossa sociedade do que a joia mais suntuosa"⁴. Na mesma época, o museógrafo Georges-Henri Rivière, fundador do Museu Nacional de Artes e Tradições Populares sob o governo da Frente Popular e organizador da primeira exposição de museu na França dedicada a jogos e esportes⁵, cultivava a doutrina do "objeto-testemunho", na qual os valores sociais e simbólicos transmitidos por objetos materiais seriam muito mais importantes do que seu valor econômico.

Essa mudança no conceito de patrimônio é radical porque legitima a sua apropriação social por grupos de todos os tipos. Um Estado soberano e garantidor da legitimidade patrimonial é substituído logo após a Segunda Guerra Mundial por associações privadas de proteção do patrimônio e organizações não-governamentais. É nesse contexto que nascem os "ecomuseus", que associam toda a população local à valorização do patrimônio, e que são gradualmente formalizados os conceitos de "patrimônio etnológico" ou "patrimônio industrial". Esse movimento de extensão, aparentemente indefinido, permitiu que fossem protegidas como patrimônio as realidades também imateriais, como jogos, danças, músicas e ritos festivos tradicionais. Desde 2003, a implementação da "Convenção da UNESCO para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial" fortaleceu consideravelmente essa tendência. Portanto, a problemática da patrimonialização questiona a capacidade dos coletivos de defender uma memória coletiva ou uma identidade comum perante os órgãos "oficiais" responsáveis pelas seleções e classificações patrimoniais.

⁴ Esse episódio significativo é citado por Jamim (1989: 118).

⁵ As danças e os jogos tradicionais têm sido objeto de investigação do Museu Nacional de Artes e Tradições Populares desde sua fundação em 1938. Uma exposição temporária dedicada aos "jogos de força e habilidade na França" foi organizada no museu no segundo semestre de 1957 (Segalen, 2005: 160-161). Sobre este assunto, veja nossa edição crítica da obra de Van Gennep (2015 [1924]) sobre *Os jogos e esportes populares da França*.

3 O patrimônio: um recurso social

Em dois séculos, o patrimônio tornou-se um recurso social que compreende seus mecanismos de legitimação, seus atores e suas lógicas próprias e que inclui um conjunto de realidades potencialmente infinitas. Parece interessante, nesse contexto, medir o impacto dessa tendência patrimonial no mundo dos esportes. Contudo, antes de considerar precisamente esse ponto, como podemos caracterizar o funcionamento e a dinâmica específica dos processos de patrimonialização na contemporaneidade?

Além de sua forte ligação com as noções de memória e identidade (Candau, 1998), o patrimônio é interessante na medida em que revela a ação de determinados grupos sociais constituídos como coletivos. Para esses grupos sociais, o patrimônio é gradualmente inventado como um símbolo comum e sinal de pertencimento. Constituído por um conjunto de objetos, pistas e documentos relevantes ou não, o patrimônio é primeiramente reconhecido como um “achado”⁶. Esse achado, espontâneo, será então autenticado e certificado por especialistas, com relação a um mundo de origem que servirá como universo mítico de referência e celebrado em uma exposição onde servirá para representar o mundo de origem e atestar essa realidade para gerações futuras. A patrimonialização, então, constrói laços sociais no decorrer do tempo, restaurando, juntamente com um passado mítico, uma continuidade imaginária que tinha sido rompida. É entendida como um processo dinâmico de criação e formalização de valores, que levanta, ao mesmo tempo, a questão da sua instrumentalização.

No caso do patrimônio rural e seus novos usos sociais, por exemplo, houve um debate que contrapôs, há alguns anos, aqueles que acreditam que a demanda social e as sensibilidades ambientais da população são suficientes para explicar o novo interesse patrimonial pelos produtos locais ou pelo patrimônio regional vernáculo (Rautenberg et al., 2000 e 2003) e aqueles que veem a patrimonialização dos queijos ou das antigas lavanderias como resultado de uma ação pública concertada e uma política de apoio a projetos que compelem a demanda e os atores sociais que desejam valorizar um patrimônio que cumpra os critérios comuns impostos pelo governo (Laferté e Renahy, 2003a e b).

À luz de tais debates, o patrimônio parece cada vez mais como um recurso social. Ele se coloca como tal no questionamento por parte de alguns especialistas de

⁶ O conceito é desenvolvido pelo semiótico Jean Davallon (2002), que divide o processo de patrimonialização em seis fases: a descoberta do objeto como achado, a certificação da origem do objeto, o estabelecimento da existência do mundo de origem do objeto, a representação do mundo de origem pelo objeto, a celebração da descoberta do objeto através de sua exposição, a obrigação de transmitir às gerações futuras.

políticas locais da divisão canônica entre fatos sociais e fatos culturais (Callède 2002: 10). Resultante da cultura restrita, especializada ou mesmo elitista, tornou-se hoje uma ferramenta local de regulação econômica, social e turística (Callède, *op. cit.*: 209) e constitui um conjunto de formas de se qualificar os territórios no presente, permitindo que o desenvolvimento local faça parte de uma dinâmica de território. Inscreve-se, portanto, em questões relativas a desenvolvimento regional, participando da nova economia do turismo e do lazer⁷. Encontra-se, a partir daí, no centro de um debate mais amplo sobre a reconversão, requalificação e valorização dos lugares, bem como sobre os novos desafios da governança local (Haschar-Noë, 2004). Parece relevante questionar, dentro dessas condições, como o conceito de patrimônio é apropriado pelos atores do movimento esportivo.

4 Recursos esportivos como patrimônio

A sociologia histórica do esporte na França está cheia de debates sobre o estatuto do esporte como um bem público e como uma questão da integração republicana (Chambat, 1980), sobre os desejos do Estado de dominar o movimento esportivo (Loirand, 1996) ou, de forma mais geral, sobre a importância do esporte na ação pública (Callède, 2000). Sua apropriação federativa ou empresarial, no entanto, segue sendo um elemento essencial de definição, que também incluiu o esporte em uma lógica de apropriações privadas (Gasparini, 2000). Nesse contexto, entre as esferas pública e privada, como se coloca hoje a questão da definição de recursos esportivos como patrimônio? O surgimento da categoria do patrimônio esportivo reflete algumas dificuldades e resistências.

Além da análise visionária do etnólogo Christian Bromberger (1995), que, sobre o esporte, diz que devemos "também estar atentos às formas emblemáticas que são criadas e às práticas que lhes dão sentido para, entre outras coisas, permitir que as gerações futuras entendam o que fomos" (Bromberger, 1995: 11), a questão da patrimonialização do esporte é raramente mencionada na literatura científica.

Um primeiro fator que ajuda a entender a resistência para considerar o esporte como um patrimônio é a imagem ruim do esporte aos olhos dos pesquisadores na comunidade das ciências sociais. Assim como Bourdieu (1987: 203) observou que o esporte era considerado pouco atraente e negligenciado pela maioria dos sociólogos,

⁷ Sobre a interação lazeres-territórios e sua sensibilidade às relações global-local, público-privado, governo-governança, autonomia-heteronomia consultar Huet e Saez (2002).

Christian Bromberger acredita que os esportes são "patrimonialmente ilegítimos" por serem considerados "objetos de baixo nível das ciências sociais" (Bromberger, *op. cit.*: 11).

Na verdade, nas obras clássicas das ciências do esporte, é especialmente necessário recorrer aos historiadores de jogos tradicionais para ver aparecer timidamente uma análise de atividades esportivas em termos de patrimônio. Assim, o historiador dos esportes Raymond Thomas (1981) classificou sob a categoria "patrimônio", em um trabalho coletivo que havia dirigido, um artigo de J. M. Silvain sobre o renascimento do jogo da palma na Bélgica e no norte da França (Thomas 1981: 95-99). No entanto a tentativa é insuficiente para ser notada. Ela se destaca em meio a obras que consideram majoritariamente os "jogos tradicionais" como uma categoria acabada, do passado, e que não insistem no caráter essencialmente moderno e construído daquilo que se diz parte da tradição⁸. Foi somente após a década de 1990 que alguns trabalhos começaram a levar em conta a dimensão fabricada e problemática das tradições esportivas (Camy, 1995; Pruneau, 2003) ou o seu valor como recursos locais e como vetores de desenvolvimento territorial (Guibert, 2004).

Por sua vez, a ONU proclamou o ano de 2005 como o "Ano da Educação Física e do Esporte". Em virtude de diferentes resoluções⁹, a educação física e o esporte passaram a ser vistos como uma forma de fortalecer a paz e o desenvolvimento, o que levou a UNESCO a afirmar a necessidade de "promover o respeito e preservação do patrimônio cultural que os jogos, as danças e os esportes tradicionais representam"¹⁰. Os membros da Quarta Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e Esporte (MINEPS IV), em sua "Declaração de Atenas", comprometeram-se por sua vez a "desenvolver laços de cooperação e colaboração entre as atividades físicas e o esporte e outros setores, tais como saúde, meio ambiente, cultura, patrimônio e educação" e a "promover e desenvolver jogos tradicionais"¹¹.

Alguns atores do mundo esportivo associaram então os conceitos de tradição e de patrimônio, como evidenciado pelo trabalho realizado com a UNESCO desde 2005 pelo museu dos esportes flamengos "Sportimonium" e pela federação flamenga de tiro

⁸ Sobre a tradição como "filiação reversa" e as consequências epistemológicas dessa definição, ver Lenclud (1987).

⁹ Resoluções da Assembleia Geral da ONU nº. 58/5 (3 de novembro de 2003) e nº 59/10 (27 de outubro 2004).

¹⁰ Resolução da Conferência Geral da UNESCO nº. 32C/51, p. 2 (22 julho de 2003).

¹¹ Declaração da Conferência MINEPS IV, "Construir uma sociedade saudável sob o espírito esportivo", p. 2 e 4 (6 a 8 de dezembro de 2004).

com arco sob o título de "patrimônio cultural imaterial"¹². Assim, constata-se que uma tomada de consciência lenta, mas global, faz do esporte uma nova questão patrimonial. Desde 2003, a UNESCO vem alimentando esse processo; várias formas de práticas lúdicas ou esportivas tradicionais foram rotuladas como "patrimônio cultural imaterial."¹³

Assim, o silêncio do mundo do esporte quanto a reivindicações patrimoniais está longe de ser insuperável. Existem fortes ligações entre o esporte, o patrimônio e a construção de culturas nacionais e identidades coletivas. Muitos trabalhos podem ainda ser desenvolvidos sobre a percepção do público quanto a obras de arte e arquitetura que tenham como objeto a temática esportiva. Porém, em uma perspectiva mais etnográfica, onde e como podemos observar de forma concreta essa aproximação entre esporte e patrimônio?

5 Por uma etnografia do pequeno patrimônio esportivo

A etnografia permite identificar empiricamente situações em que os atores do esporte valorizam o pequeno patrimônio ligado às suas práticas. Esse é o caso, por exemplo, quando grupos de esportistas organizam exposições ou coleções museológicas e arquivísticas. Através da implementação de iniciativas no âmbito regional, territorial ou nacional, promove-se a valorização cultural da memória coletiva de clubes ou de partes do movimento esportivo. As exposições dedicadas ao esporte são diversas; elas são interessantes porque permitem localizar um corpus original de objetos-testemunho e analisar o tipo de técnicas museográficas que são implementadas.

Nos últimos anos, visitamos várias exposições dedicadas ao patrimônio esportivo que representam estruturas muito diferentes umas das outras. Na França, interessa-nos, por exemplo, o Museu Nacional do Esporte, a Academia do Patrimônio Esportivo de Carpentras e as exposições organizadas ocasionalmente pela Associação de Professores de Educação Física e Esportiva, pela Associação Nacional de Diretores e Contribuintes das Instalações e Serviços do Esporte, pela Autoestradas do Sul da França e por vários clubes esportivos locais. Na Bélgica, podemos citar novamente o

¹² Disponível em: <<https://www.sportimonium.be/fr>> Acesso em 12 dez. 2020.

¹³ Ver o site da UNESCO: <https://ich.unesco.org/en/lists> (acessado em 12/12/20). Uma rápida pesquisa usando palavras-chave nos permite identificar as seguintes formas de práticas lúdicas e esportivas patrimonializadas: o hurling irlandês, a luta tradicional coreana, as lutas com bastões egípcia e várias festas tradicionais, incluindo jogos. O programa de salvaguarda da ludodiversidade flamenga, apoiada pelo Sportimonium, aparece no registro de boas práticas de salvaguarda". Disponível em: <<https://ich.unesco.org/en/BSP/programme-of-cultivating-ludodiversity-safeguarding-traditional-games-in-flanders-00513>>. Acesso em 12 dez. 2020.

caso do "Sportimonium", que combina uma exposição permanente de objetos do patrimônio esportivo e atividades de valorização dos jogos e esportes tradicionais flamengos. Na Suíça, o Museu do Olimpismo de Lausanne é o produto de uma grande organização internacional, o Comitê Olímpico Internacional, que apresenta objetos do pequeno patrimônio, especialmente aqueles que marcaram a vida de Pierre de Coubertin.

A visita a essas diferentes exposições evidencia as funções sociais e simbólicas importantes de objetos do cotidiano esportivo, tais como medalhas, taças, troféus, galhardetes, lenços, camisas, licenças federais ou recortes de jornal relatando reuniões e grandes conquistas esportivas. Do ponto de vista das doutrinas museológicas que são utilizadas, os criadores das exposições estudadas demonstram predominantemente um desejo de salvaguarda, colocando-se espontaneamente ao lado do museu de sociedade e dos conceitos museológicos popularizados por Georges-Henri Rivière no Museu Nacional de Artes e Tradições Populares. Sendo frequente a destruição dos arquivos no meio dos clubes esportivos, trata-se também, para alguns criadores dessas exposições, de uma forma de combater a amnésia esportiva e gerar um debate sobre o passado do movimento esportivo e sua inserção social.

6 O patrimônio esportivo face à ambiguidade da distinção entre público e privado

Uma questão teórica importante da associação de conceitos de patrimônio e de esporte é permitir uma melhor compreensão das maneiras como se articulam e se movimentam as fronteiras entre o público e o privado. O conceito de patrimônio, nessa perspectiva, é central porque questiona abertamente a ambiguidade da relação entre as esferas pública e privada¹⁴. Participando dessas duas dimensões de uma só vez, ele é uma ferramenta heurística eficaz para evidenciar essa ambiguidade. No mundo dos esportes, na verdade, o conceito de interesse público está polarizado entre a imposição de normas comuns, a unificação das práticas, a homogeneização e a padronização, de um lado, e a gestão coletiva, a missão do serviço público e a produção de instalações para o benefício dos praticantes, do outro lado. O conceito de apropriação privada, entretanto, abrange tanto as realidades comerciais e empresariais das privatizações ou

¹⁴ Sobre essa ambiguidade, ver a análise clássica de Habermas (1998) sobre o conceito da opinião pública e sua evolução ao longo do tempo.

do patrocínio e as tendências ao individualismo ou à espontaneidade que acompanham práticas esportivas cada vez mais hedonistas, autônomas e desfederalizadas.

Confrontado com essa dupla ambiguidade, o conceito de patrimônio esportivo apreende de forma crítica as interações e articulações entre o público e o privado, em vez de opor essas duas dimensões. Ele se coloca, assim, como um terceiro mediador; serve como um operador social e pode ser visto tanto como um conjunto de bens públicos cuja manipulação participa da estruturação objetiva de uma história comum quanto como uma questão para a memória dos coletivos privados que dele se apropriam. Por um lado, o patrimônio encarna os valores associados com o interesse público definido como o desenvolvimento coletivo do que é possuído em conjunto, por outro lado, é o objeto de estratégias e lógicas de instrumentalização e apropriação por parte de coletivos privados. Assim, o patrimônio não só tem um sentido genérico de "bem comum", mas também está incorporado em acervos concretos de objetos patrimoniais.

Mensuramos aqui o interesse existente na concepção do patrimônio como um conceito dinâmico e como um recurso social que faz parte de uma lógica de mediação cultural. Contrariamente aos que concebem a patrimonialização como um sinônimo de padronização cultural ou de petrificação (Jeudy, 1999), o patrimônio aparece aqui como uma ferramenta para iluminar as interações entre grupos de praticantes e a sociedade global, ou as formas como os coletivos privados se servem de dispositivos específicos de valorização para reivindicar o interesse geral. Como mostrou Véronique Dassié (2010), os acervos patrimoniais reúnem "objetos de afeto". Nas exposições dedicadas ao pequeno patrimônio esportivo, os objetos expostos relembram os destaques do passado dos clubes, especificidades de certas práticas ou personagens que marcaram o esporte. Esses objetos rememoram uma história sensível. Eles mostram à sociedade exterior os laços de pertencimento próprios dos coletivos esportivos, clubes, ligas ou federações.

7 O patrimônio e as transformações do campo de práticas esportivas

O patrimônio esportivo também ajuda a compreender as transformações históricas das modalidades de organização e apropriação das práticas esportivas. Ao estabelecer uma forte ligação entre esportes, bens públicos e memórias coletivas, o conceito de patrimônio esportivo permite, em primeiro lugar, abrir uma reflexão sobre a construção de identidades através do esporte. As perspectivas clássicas de análise dos

historiadores do esporte se renovam através da consideração crítica das representações contemporâneas da memória e do tempo. Em uma época que abandonou em grande parte o mito do progresso infinito em favor de um "presentismo"¹⁵, marcada por conceitos do dever de memória ou do princípio da precaução, o foco no aspecto patrimonial das práticas esportivas pode ajudá-las a romperem com uma ideologia de performance e recordes¹⁶ e apoiar o surgimento de lazeres e atividades esportivas menos centradas na dimensão competitiva e mais preocupadas em destacar suas funções sociais e culturais. Os atores que militam em favor dos jogos esportivos tradicionais não estão errados: seu discurso consiste geralmente em valorizar os "jogos do patrimônio" como uma alternativa aos esportes de competição¹⁷.

Além disso, o conceito de patrimônio esportivo permite relativizar a questão da esportivização dos jogos tradicionais e criticar a oposição clássica entre tradição e modernidade, mostrando que as tradições lúdicas e esportivas, quaisquer que sejam, sempre assumem a forma de "invenções" socialmente situadas¹⁸. Nesse contexto, estudar a dinâmica atual do processo de patrimonialização das práticas esportivas permite enfatizar as maneiras como nossos contemporâneos recriam e redefinem constantemente a herança dos esportes do passado¹⁹.

Finalmente, o fato de considerar práticas esportivas através da perspectiva de seu valor patrimonial alimenta uma reflexão mais geral sobre a estruturação dos laços sociais no esporte, a institucionalização das práticas esportivas e sua gestão em termos de política pública. Na medida em que o próprio conceito de patrimônio abrange tanto o setor público quanto o privado, ele nos convida a considerar, em sua complexidade, o movimento contemporâneo duplo de padronização e individualização dos gostos esportivos²⁰. Além disso, ao recobrir um conjunto de processos dinâmicos e atuais, levanta a questão dos recursos esportivos e da criação de novos valores associados ao esporte, que interessa à indústria do turismo e lazer e à engenharia de eventos.

Conclusão

¹⁵ Esse conceito, emprestado do historiador François Hartog (2003), refere-se ao fato de que as sociedades contemporâneas vivem em um regime de historicidade específica, em que as representações de tempo são essencialmente guiadas pela dimensão do presente.

¹⁶ Essa ideologia está explícita no lema olímpico do Barão Pierre de Coubertin: "*Citius, altius, fortius*".

¹⁷ A esse respeito, ver o discurso feito pela AEJDT: <<https://jugaie.com/?lang=fr>> Acesso em: 12 dez. 2020..

¹⁸ Sobre o conceito de "tradição inventada", ver Hobsbawm e Ranger (1983).

¹⁹ A esse respeito, ver nosso trabalho sobre as reconstruções contemporâneas de certos jogos tradicionais, como o jogo de soule (Fournier, 2012).

²⁰ Pociello (1999) já havia mencionado esse duplo movimento, apontando uma "grande tendência a buscar modos de organização de baixa tensão".

Através das questões teóricas ou práticas que suscita, o conceito de patrimônio esportivo aproxima de forma singular o mundo dos esportes e da cultura. Portanto ele representa o esporte como um tema de primeira importância em termos de política pública e incentiva o projeto de uma análise comparativa das políticas públicas sobre esporte e cultura. Ele mostra, em particular, que o esporte é um recurso social importante. Estendendo-se entre o bem público e a memória coletiva, o conceito de patrimônio esportivo constitui um ponto de entrada privilegiado para analisar o movimento das fronteiras entre público e privado, bem como a transformação dos modos de organização e apropriação das práticas esportivas. Sem se limitar a uma abordagem de historiador que se aterá a questionar o passado e suas sobrevivências no presente, ele abre uma perspectiva de análise antropológica que incide sobre as maneiras como os coletivos socialmente situados se apropriam e instituem, no presente, alguns elementos de seu passado como valores legítimos.

Para voltar às questões colocadas no início deste artigo, no entanto, é importante diferenciar os vários "regimes patrimoniais" que podem acompanhar o desenvolvimento do patrimônio esportivo. Por fim, podem-se distinguir vários métodos de valorização: o primeiro consiste em simplesmente transferir para o mundo esportivo as categorias dominantes do patrimônio (grandes arquiteturas esportivas, obras de arte inspiradas no esporte...), enquanto o segundo consiste em expor objetos do cotidiano relacionados à prática esportiva, que designamos como "pequeno patrimônio esportivo" (taças, medalhas, instrumentos de jogo, documentos, licenças, rankings...). Mas entre as exposições deste "pequeno patrimônio", também existem várias opções: o pequeno patrimônio esportivo pode ser exposto por grandes museus nacionais, que frequentemente dão particular atenção ao extraordinário (uniformes de atletas importantes ou lembranças de grandes eventos esportivos, por exemplo) através de halls da fama associados a equipes ou grupos de torcedores específicos, ou ainda, de maneira muito mais modesta e "comum", por pequenos clubes locais.

A diversidade dessas exposições está relacionada com o tipo de apresentação de conteúdo, mas também as maneiras de expor esse conteúdo, que podem seguir doutrinas museográficas bem estabelecidas ou, de outra forma, instituições, sensibilidades e fazeres mais locais. Ainda, através dessa diversidade, o que nos parece importante é também perceber o que a valorização do patrimônio esportivo nos mostra sobre a conexão dos praticantes com seus esportes e seus clubes. Assim, o patrimônio esportivo tem não só um valor cultural, mas também um significado social para aqueles que o reivindicam.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Programme pour une sociologie du sport. In: *Choses dites*, Paris, Minuit, 1987, p. 203-215.
- BROMBERGER, Christian. De quoi parlent les sports?. *Terrain*, n° 25, 1995, p. 5-12.
- BROMBERGER, Christian. Ethnologie, patrimoine, identité. In: Fabre, D., *L'Europe entre culture et nation*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1996, p. 9-23.
- CALLEDE, J.-P. *Les politiques sportives en France. Éléments de sociologie historique*, Paris, Economica, 2000.
- CALLEDE, J.-P. *Métamorphoses de la culture. Pratiques et politiques en périphérie*, Pessac, Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 2002.
- CAMY, J. Les quilles en Gascogne. Entre jeu et sport. *Terrain*, n° 25, 1995, p. 61-72.
- CANDAU, J. *Mémoire et identité*, Paris, P.U.F., 1998.
- CHAMBAT, P. Les muscles de Marianne. *Recherches*, n° 43, 1998, p. 139-184.
- CHASTEL, Andre. La notion de patrimoine. In: Nora, Pierre. *Les lieux de mémoire (II, 2)*, Paris, Gallimard, 1986, p. 405-450.
- DASSIE, V. *Objets d'affection*, Paris, CTHS, 2010.
- DAVALLON, J. Comment se fabrique le patrimoine?. *Sciences Humaines*, hors-série n° 36, 2002, p. 74-77.
- FOURNIER, Laurent Sébastien. *Mêlée générale, du jeu de soule au folk-football*, Presses Universitaires de Rennes, 2012.
- GASPARINI, W. *Sociologie de l'organisation sportive*, Paris, La Découverte, 2000.
- GUIBERT, C. Les vagues de la côte Aquitaine : une ressource privilégiée pour les collectivités territoriales. *Montagnes Méditerranéennes*, n° 20, 2004, p. 143-147.
- HABERMAS, J. *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise (1962)*, Paris, Payot, 1998.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*, Paris, Seuil, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *The invention of traditions*, Cambridge university press, 1983.
- JAMIN, J. Le musée d'ethnographie en 1930. In: Collectif, *La muséologie selon Georges-Henri Rivière. Cours de muséologie, textes et témoignages*, Paris, Dunod-Bordas, 1989, p. 110-121.
- JEUDY, H.-P. *Les usages sociaux de l'art*, Strasbourg, Circé, 1999.
- HASCHAR-NOE, N. Loisirs sportifs et identité locale. L'exemple du site Cap'Découverte à Carmaux. *Cahiers Espaces*, n° 82, 2004, p. 111-117.
- HUET, A., SAEZ, G. *Le règne des loisirs*, La Tour d'Aigues, L'Aube-DATAR, 2002.
- LAFERTE, G., RENAHY, N. Campagnes de tous nos désirs"... d'ethnologues. *L'Homme*, n° 166, 2003a, p. 225-234.
- LAFERTE, G., RENAHY, N. L'ethnologue face aux usages sociaux de l'ethnologie. *L'Homme*, n° 166, 2003b, p. 239-240.
- LENCLUD, G. La tradition n'est plus ce qu'elle était. *Terrain*, n° 9, 1987, p. 110-123.

LOIRAND, G. *Une difficile affaire publique : une sociologie du contrôle de l'Etat sur les APS et sur leur encadrement professionnel*. Université de Nantes, Thèse de sociologie, 1996.

POCIELLO, C. *Sport et sciences sociales*, Paris, Vigot, 1999.

POMIAN, K. Nation et patrimoine. In: Fabre, D., *L'Europe entre culture et nation*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1996, p. 85-95.

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine. 1789-1815*, Paris, Gallimard, 1997.

PRUNEAU, J. *Les joutes languedociennes: ethnologie d'un « sport traditionnel*. Paris, L'Harmattan, 2003.

RAUTENBERG, M., MICOUD, A., BERARD, L., MARCHENAY, Ph. *Campagnes de tous nos désirs. Patrimoines et nouveaux usages sociaux*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 2000.

RAUTENBERG, M., MICOUD, A., BERARD, L., MARCHENAY, Ph. Et si nous prenions nos désirs en compte. *L'Homme*, n° 166, 2003. p. 235-238.

SEGALEN, M. *Vie d'un musée. 1937-2005*, Paris, Stock, 2005.

THOMAS, R. *Sport et sciences*, Paris, Vigot, 1981.

VAN GENNEP, A. *Les jeux et les sports populaires de France*. Paris, CTHS, 2015 [1924].

Data de recebimento: 26.02.2021

Data de aceite: 16.03.2021